

O sufixo verbal não-acusativo em hebraico antigo e o semítico do noroeste

Com este texto tentaremos sumariar os aspectos que se podem considerar adquiridos ao longo de uma investigação que teve início no princípio dos anos setenta, no âmbito de vários seminários dirigidos pelo Prof. Mitchell Dahood, no Pontifício Instituto Bíblico de Roma. Estas investigações resultaram finalmente numa tese, que foi recentemente defendida na Faculdade de Letras de Lisboa.

Com este sumário, não poderemos entrar no pormenor da análise concreta, que caracterizou toda a investigação. Mas, como amostragem de resultados, esta síntese terá certamente alguma utilidade.

O ponto de partida desta investigação encontra-se num conjunto relativamente numeroso de textos onde um sufixo verbal recebe dos autores interpretações de sentido acusativo ou, alternativamente, de sentido datival.

Basta exemplificar com alguns dos casos mais representativos. Em Js 15,19, **הָנַב אֶרֶץ הַנֶּגֶב** haveria de traduzir-se por «puseste-me na terra do Negueve» ou, pelo contrário, «deste-me a terra do Negueve»? Em Jb 31,18, a frase **נִדְלֵי כֶאֱב** deve entender-se como «ele criou-me como pai» ou então «cresceu para mim como pai» ou ainda «foi criado por mim como pai»? Em Is 44,21, **לֹא תִשְׁכַּח לִי** deveria entender-se como «não te esqueças de mim» ou, inversamente, como «não serás esquecido por/para mim»? Em Is 65,5 **כִּי קִדְשִׁיתִיךָ** deve traduzir-se por «pois eu santifico-te/

/torno-te impuro» ou antes por «pois eu sou santo para ti» ou mesmo «pois eu sou mais santo do que tu»?

A alternativa referida em primeiro lugar implicaria, em cada um dos casos, a função de acusativo para o respectivo sufixo verbal; a segunda, pelo contrário, interpreta esse mesmo sufixo verbal com uma função sintáctica equivalente a um dativo.

E como estes casos aparecem muitos outros mais.

1. Tal como aparecia ainda no princípio dos anos setenta, a hipótese de um sufixo verbal com significado que não passasse pela função de acusativo era uma questão inexistente ou, no máximo, polémica. Como padrão, continuava a tomar-se frequentemente a atitude negativa assumida por C. Brockelmann, em 1913¹, se bem que indevidamente, uma vez que o próprio tinha muito mais recentemente retratado essa sua antiga posição negativa².

Apenas alguns começavam a repropor e a utilizar a hipótese de sufixo datival para justificar interpretações novas de alguns textos, tendo a consciência e dando claramente a impressão a muitos orientistas e, no geral, aos hebraístas de estarem decididamente a inovar em matéria de sintaxe hebraica. M. Dahood e alguns dos seus discípulos pode dizer-se que constituíram o mais entusiástico núcleo promotor da redescoberta recente desta hipótese³, se bem que não lhes caiba o mérito de iniciar a questão. M. Dahood recebeu-a de ilustres ugaritólogos dos anos quarenta⁴, mas outros hebraístas, sem

¹ *Grundriss der vergleichenden Grammatik der semitischen Sprachen*, Hildesheim, 1966 (Berlin, 1908/1913), II, § 213d. Esta posição retratada é referida como a resposta-padrão de Brockelmann por A. CAQUOT em *Syr*, 46 (1969), p. 250.

² «Zur Syntax der Sprache von Ugarit», *Or*, 10 (1941), p. 235; *Hebraeische Syntax*, Neukirchen, 1956, pp. 88-89.

³ A recolha sistemática das referências de M. Dahood pode ver-se em E. R. MARTINEZ, *Hebrew-ugaritic index to the writings of Mitchell J. Dahood*, Roma, 1967/1981, I, p. 119; II, p. 123. Dos seus discípulos é de destacar: P. BOGAERT, «Les suffixes verbaux non-accusatifs dans le sémitique nord-occidental et particulièrement en hébreu», *Bib.*, 45 (1964), pp. 220-247, que tem sido até agora a referência mais utilizada sobre o assunto, se bem que se limite a um tratamento praticamente casuístico, sem investigação histórica nem explicação teórica. A. J. VAN DIJK, *Ezekiel's prophecy on Tyre (Ez 26,1-28,19). A new approach*, Roma, 1968, prestou bastante atenção ao tema com alguma originalidade: cf. p. 142. A. BLOMMERDE, *Northwest semitic grammar and Job*, pp. 8-9. W. A. VAN DER WEIDEN, *Le Livre des Proverbes. Notes philologiques*, Roma, 1970, p. 174; L. SABOTKA, *Zephania. Versuch einer Neuübersetzung mit philologischem Kommentar*, Roma, 1972, p. 160; L. BOADT, *Ezekiel's oracles against Egypt. A literary and philological study of Ezekiel 29-32*, Roma, 1980; A. R. CERESKO, *Job 29-31 in the light of northwest semitic*, Roma, 1980; W. H. IRWIN, *Isaiah 28-33. Translation with philological notes*, Roma, 1977; W. L. MICHEL, *Job in light of northwest semitic*, I, Roma, 1987 fazem também mais leves abordagens da questão na linha de M. Dahood.

⁴ H. L. GINSBERG, «The north canaanite myth of Anath and Aqhat», in *BASOR*, 98 (1945), p. 17.

relação directa com o ugarítico propunham que se reabrisse decididamente o dossier desta questão⁵.

Porém, nem mesmo aqueles que se mostravam dispostos a utilizar com alguma amplidão esta aparentemente nova hipótese se davam conta de que as raízes da mesma mergulhavam tão longe e tão fundo na história.

Alguns dos mais entusiastas proponentes desta hipótese tinham mesmo a impressão de que as épocas mais antigas teriam sido desconhecedoras desta perspectiva sintáctica.

Ela teria sobretudo passado despercebida aos massoretas. E desta maneira se justificava inteiramente a necessidade de leituras datavais, mesmo que, para isso, se tivesse de contrariar a interpretação decorrente da vocalização massorética ou inclusivamente se praticasse uma diferente divisão do texto consonântico⁶.

Esta era a maneira de pensar que predominava nas análises de Mitchell Dahood e seus discípulos sobre a questão.

Neste ponto, pode dizer-se que, mesmo aqueles que com algum atrevimento se lançaram à tarefa de repropor esta questão «inesperada», opondo-se com alguma coragem à opinião generalizadamente negativa ou reticente que dominava os hebraístas, no séc. xx, estavam eles mesmos a sofrer deste «mal do século», isto é, do pessimismo bastante difundido no séc. xx relativamente ao sufixo datival, ao apreciarem de maneira tão deficiente as posições das gerações hermenêuticas mais antigas, no tocante a este ponto em concreto.

2. A verificação directa do tratamento dado pelos massoretas à vocalização de alguns casos mais habituais de sufixo datival, nomeadamente os casos acima referenciados de Is 65,5; Jb 31,18 e Is 44,21, permitiu-nos chegar à conclusão de que, em casos muito contados, a aceitação da hipótese datival por parte deles parece estar necessariamente implícita na alternativa de vocalização por eles escolhida.

Nesses casos, os massoretas teriam inteiramente à sua disposição maneiras divergentes de vocalizar, pelas quais se poderiam ter afastado da interpretação datival. E algumas vocalizações, que desde sempre têm sido e continuam ainda a ser propostas para evitar a leitura datival, aproveitam precisamente as alternativas anti-datavais que

⁵ H. S. NYBERG, *Studien zum Hoseabuche*, Upsala, 1935, p. 37; E. RUNDGREN, «Zum Lexicon des Alten Testaments. I. Zum dativischen Suffix Daniel 5,6», in *Or*, 21 (1953), pp. 301-304.

⁶ M. DAHOOD, *Psalms*, II, N. York, 1968, pp. 127 e 230.

os massoretas, em tais casos, tinham naturalmente à disposição e parece não terem querido aproveitar.

Na maioria dos casos, todavia, é impossível deduzir dos dados do texto massorético qualquer indício de opção relativamente à questão.

No entanto, a grande proximidade histórica e cultural das sucessivas gerações de massoretas relativamente às figuras mais importantes dos gramáticos judeus medievais tornaria bastante estranho que os massoretas não tivessem conhecimento do assunto, dada a clareza com que este se apresenta nos hebraístas judeus da alta Idade Média.

E, apesar de os indícios da intervenção massorética junto do texto consonântico não nos permitirem ir muito mais longe do que isto em termos explícitos, podemos acolher como altamente verosímil a hipótese de que eles compreendiam e aceitavam a sintaxe do sufixo datival muito mais do que aquilo que foram capazes de fazer numerosos dos seus comentadores e os seus próprios editores críticos, sobretudo na BHK e até mesmo na BHS, os quais, frequentes vezes, propõem correcções à própria sequência do texto consonântico massorético, motivadas pela dificuldade em compreender a sintaxe elíptica do sufixo datival. Estas edições fazem mais correcções ao texto hebraico para evitar sufixos dativais do que Dahood fazia para encontrar outros mais.

A. Sperber⁷ denunciou este recurso na BHK e não foi de modo nenhum exaustivo.

Nas versões antigas, nomeadamente a tradução grega dos Setenta e a latina Vulgata, não parece ser muito grande a amplidão dada ao tema, se bem que a Vulgata pareça claramente mais aberta.

Esta diferença em desfavor dos Setenta parece estranha por um lado, dado o facto de a tradução dos Setenta ter sido feita ainda em época bíblica. Mas seria exagerado também deduzir deste dado que a construção do sufixo datival era já desconhecida na época dos Setenta. No ambiente dos tradutores daquela versão grega é que parece não haver grande sensibilidade aos matizes implicados no sufixo datival.

Por outro lado, a maior abertura da Vulgata não deixa de quadrar harmonicamente com a maior proximidade em que se situa relativamente às gerações «massoréticas».

⁷ *Biblical hebrew*, N. York, 1949, pp. 362-63.

No geral e justificadamente, as traduções aramaicas conservam alguma argúcia na interpretação datival de certos casos. Mas a proximidade em que elas se situam relativamente ao hebraico, do ponto de vista socio-linguístico, leva-as com alguma frequência a decalcar em aramaico as expressões do hebraico original e isso impede-nos de saber de modo explícito a interpretação por eles perfilhada nesses casos.

Estes dados vêm dizer-nos que se podem detectar nestes testemunhos da mais antiga interpretação do texto hebraico alguns indícios de distanciamento. A construção datival em ocorrências menos transparentes podia estar a tornar-se um fenómeno menos familiar. E a evolução e simplificação sintácticas da língua hebraica, que se encontram exemplificadas no modelo sintáctico do hebraico mishnaico, podem ter a ver com este distanciamento.

Mas apesar do referido distanciamento, a tradição hermenêutica pre-gramatical conhece aquele aspecto sintáctico e serve-se dele na interpretação dos textos antigos.

3. A tradição gramatical do judaísmo espanhol medieval revela-se surpreendentemente positiva e ampla no tratamento da questão. Os casos por eles referidos são bastante numerosos; e a sua explicação é basicamente a de uma elipse que eles formulam a seu modo, o mais das vezes, pela expressão de «uma palavra que se divide em duas».

Ibn Janah⁸ oferece, neste sentido, uma das sínteses mais bem conseguidas, tanto pela recolha de casos como pela elaboração teórica, integrando a questão no capítulo genérico da sua gramática sobre a elipse (חסרון).

Talvez menos elaboradas mas dignas de menção são as abordagens de Menahem ben Saruq⁹ e de Abraham Ibn Ezra¹⁰.

David Kimhi é igualmente um nome que merece destaque, porque é com o tratamento dado por ele na sua gramática¹¹ que

⁸ *Sefer hariqmah*, Jerusalém, 1964 (1921), cap. 25, p. 288.

⁹ *Mahberet Menahem. Antiquissimum linguae hebraicae et chaldaicae lexicon ad sacras scripturas explicandas*, Londres, 1854, pp. 32 b-33; 71 b-72 a.

¹⁰ Cf. W. BACHER, *Abraham ibn Ezra als Grammatiker, ein Beitrag zur Geschichte der hebraeischen Sprachwissenschaft*, Budapest, 1881, pp. 123-124.

¹¹ *Sefer mikhlol*, Jerusalém, 1966 (Lyck, 1862), p. 28; a apresentação reorganizada dos materiais essenciais da gramática de Kimhi por W. Chomsky, *David Kimhi's hebrew grammar (Mikhlol) systematically presented and critically annotated*, N. York, 1952 não esqueceu a solução kimhiana do sufixo datival (p. 348, § 83 b), mas os hebraístas não deram relevo a esta actualização da questão por parte de Chomsky.

se vão definir os contornos da questão até ao séc. XIX e também porque Kimhi testemunha ainda uma perspectiva normativa, neste específico pormenor estilístico sintáctico, o que nos obriga a colocar as devidas reticências na impressão já referida de que o sufixo datival era cada vez menos familiar aos que usavam a língua hebraica e simultaneamente aos que tinham a tarefa de interpretar os antigos textos. A atitude normativa relativamente ao sufixo datival parece estar presente em alguns casos mais e de épocas diversas¹², o que colide com a sensação de estranheza com que autores mais recentes abordam o tema.

3. Desde o séc. XVI até ao séc. XVIII, as análises do sufixo datival mantêm-se, por conseguinte, mais ou menos nas coordenadas com que David Kimhi o resolveu. O tratamento sintáctico do sufixo datival foi transposto, quase em bloco, da gramaticologia medieval para a do séc. XVI, malgrado o facto de, entretanto, se ter processado uma bastante radical reestruturação da gramática. No séc. XVII, a explicitação de que se trata de um caso de *ἑλλειψις της προθεσεως* começa a aparecer cada vez mais, ultrapassando a nomenclatura de «uma palavra divisível em duas», que vem dos mais antigos gramáticos judeus, e começa a situar decididamente a questão no âmbito da estilística, tal como já fizera modelarmente Ibn Janah.

4. Praticamente, a primeira polemização alargada do tema deu-se no séc. XIX. Duas maneiras diferentes de abordar a questão se mantiveram frente a frente e com alguma oposição, tanto no teor das resoluções teóricas como no concreto das atitudes práticas de interpretação ou de tradução.

A mais inovadora destas posições é a representada no séc. XIX pelos nomes de H. Ewald¹³ e K.W. E. Naegelsbach¹⁴, a qual, contrariamente à linha tradicional da elipse, vê no sufixo datival uma transformação semântica do verbo que arrasta consigo uma transformação sintáctica da intransitividade do verbo em transitividade, provocando e justificando modificações nas leis da regência sintáctica por esse mesmo verbo exercida. Esta é uma intuição nova e que tem aspectos certamente dignos de atenção.

¹² Refiramos somente dois autores, como mero exemplo: J. BUXTORF, *Thesaurus grammaticus linguae sanctae hebraeae*, Hildesheim/N. York, 1981 (5.ª ed. de Basileia, 1651), p. 529; e M. B. SCHNEIDER, *Torat hallaṣon behitpathutah*, Vilna, 1923, III, p. 436.

¹³ *Ausführliches Lehrbuch der hebraeischen Sprache des alten Bundes*, Goettingen, 1863, p. 778, § 315 b.

¹⁴ *Hebraeische Grammatik als Leitfaden fuer den gymnasial und akademischen Unterricht*, Leipzig, 1880, pp. 180-182.

Esta linha levou, no séc. XX, a posições como as de Gesenius-Kautzsch¹⁵ e Joüion¹⁶, imensamente divulgadas nas respectivas gramáticas e bastante distantes das posições individuais originárias de Gesenius, mas de tal maneira pouco claras que os hebraístas, que se habituaram a recorrer a essas duas gramáticas como referência universal, recorrem muito menos sistematicamente a elas para confirmar ou contestar a afirmação de C. Brockelmann¹⁷ de que, contrariamente às outras línguas semíticas, o hebraico não conhecia o uso de sufixos verbais com sentido datival.

Apesar do impacto desta linha explicativa de gosto mais teórico, integrada no que foi chamado para o séc. XIX a «via hebraizandi metaphysica», manteve-se em numerosos autores, muito mais no séc. XIX do que no séc. XX, a linha tradicional hebraica de entender o sufixo datival como um caso de elipse da preposição. O W. Gesenius originário¹⁸, anterior às sucessivas intervenções dos seus remodeladores, e sobretudo E. Koenig¹⁹ são lídimos representantes desta linha.

Aqueles que, na segunda metade do séc. XX, redescobriram a questão datival fizeram-no seguindo ou coincidindo um pouco com esse esquema tradicional mais antigo, talvez por ser o mais espontâneo. Aliás, M. Greenberg²⁰ tinha razão ao afirmar que, de maneira consciente ou inconsciente, a «escola romana» estava, nesta questão datival, a transpor para o horizonte comparativo do semítico do noroeste os pontos de vista dos antigos gramáticos hebreus.

Alguns desses descobridores chegaram a entroncar a redescoberta com o tratamento da questão feito por E. Koenig²¹, que se encontra precisamente no ponto de chegada da mais clássica tradição judaica medieval.

Contudo, ao contrário do que acontece naquela tradição, os recentes não viram ou não elaboraram a ideia de que se tratava de uma elipse preposicional. E, mais uma vez contra aquela tradição,

¹⁵ *Hebrew grammar*, § 117, p. x.

¹⁶ *Grammaire de l'hébreu biblique*, § 125 b.

¹⁷ *Grundriss der vergleichenden Grammatik der semitischen Sprachen*, Hildesheim, 1966 (Berlim, 1908/1913), II, § 213.

¹⁸ *Hebraeische Grammatik*, 5.^a ed. Halle, 1822, p. 181; *Ausführliches grammatisch-kritisches Lehrgebäude der hebraeischen Sprache mit Verweichlung der verwandten Dialekte*, Leipzig, 1817, pp. 729-730.

¹⁹ *Historisch-kritisches Lehrgebäude der hebraeischen Sprache*, Leipzig, 1897 (Leiden, 1979), §§ 21-23.

²⁰ *JAO*, 90 (1970), pp. 539-540; cf. W. CHOMSKI, *Kimhi's hebrew grammar*, p. XVIII.

²¹ Cf. M. BOGAERT, *Bib.*, 45 (1964), p. 222.

esta redescoberta insistia muito mais na nomenclatura casual de sufixo datival, o que produzia o efeito de uma nebulosa demasiado vaga quanto a sentidos e matizes. Ora a tradição judaica medieval não provocava essa impressão, porque a definição da preposição que se considerava ter sofrido elipse, em cada caso, definia sempre um sentido muito mais específico e concreto do que aquilo que acontecia na vaga nomenclatura da época da moderna redescoberta.

A revisão desta longa história da questão mostrou que não se trata de maneira nenhuma de um tema recentemente formulado. Antes pelo contrário, foi um tema mais esquecido no séc. xx e esse esquecimento pode ter sido em parte provocado pela tentativa de reformular a questão, que conheceu os primeiros esforços no séc. xix. A nova formulação tendeu a diluir o carácter individualizado do fenómeno, tentando encaixá-lo nos moldes de uma formulação geral.

5. Mas, para além destes aspectos já em si suficientemente interessantes, esta revisão histórica modificou também e de maneira decisiva os horizontes de estudo da questão.

Ao ser de novo colocada sobre a mesa de estudo, na segunda metade do séc. xx, esta hipótese incidia sobre um número relativamente delimitado de casos. Nesses casos, o sufixo interpretado como datival dava origem a leituras que contrastavam significativamente com a sua corrente interpretação como acusativo. Desta maneira, as fronteiras do fenómeno eram certamente polémicas, mas eram claras.

A revisão histórica, porém, foi acumulando um número bastante alargado de casos. Os exemplos que foram, no passado, apresentados como sendo de sufixo datival atingem aproximadamente uns quatrocentos casos. E muitos deles pareciam de tal maneira pacíficos, do ponto de vista prático da tradução, que corriam o risco de fazer desmoronar a pertinência da questão, tornando-a um fenómeno diluído, comum e sem uma diferença de significado capaz de justificar qualquer polémica. Os espíritos mais práticos poderiam sentir que esta hipótese se tornava desnecessária.

No entanto, são, de facto, estes dois pontos realmente opostos que definem a real natureza da questão: a) casos susceptíveis de leitura com sentido contrário, que constituem o núcleo prático justificador da investigação e correspondente explicação teórica; b) casos sem grande dificuldade, em termos de tradução, cuja consideração poderia parecer hermeneuticamente menos significativa.

Estando filológica e sintacticamente articulados com os anteriores, estes últimos acabam por ajudar a definir a estrutura teórica necessária para a compreensão dos primeiros.

Aliás, algumas parciais abordagens modernas que atingem de algum modo a questão, como a de Muraoka²², acabam por confirmar a necessidade da amplidão do quadro que se induz da síntese histórica e a que alguns autores, como I. Nordheimer²³ e E. Boettcher²⁴, deram já, mesmo individualmente, análoga amplidão.

6. A redescoberta recente da questão datival tinha, em geral, mais intuito de afirmação e, às vezes até, de estímulo e provocação do que a preocupação de dar uma explicação para o fenómeno afirmado ou postulado. A frequência da nomenclatura de «sufixo datival» é uma característica marcante desta fase, o que pode querer dizer que se contentam com uma explicação pela via da analogia com a estrutura casual do indoeuropeu.

Em épocas mais antigas, esta analogia aparece de vez em quando, mas é menos exclusiva. Isto significa que a redescoberta do sufixo datival começou por ser algo casuística e pouco preocupada em definir uma explicação para o fenómeno.

Praticamente desde sempre, a tradição gramatical hebraica explicitou mais do que a simples necessidade intuitiva contextual de se traduzir um sentido não-acusativo: sempre procurou oferecer uma explicação sintáctica.

E esta explicação quase sempre foi a de supor a supressão de uma preposição que se considerava que deveria ser normalmente utilizada em tais casos. Esta supressão era vista como um acto estilístico e por isso, pelo menos desde Ibn Janah, foi considerada como um caso de elipse preposicional.

Só a partir do séc. XIX aparece claramente uma formulação diferente. O facto material de supressão da preposição é reconhecido em comparação com os casos de uso normal. Mas esta supressão é vista como um acto semântico. Considera-se que o verbo em questão recebeu um novo significado, o qual transformou o seu sentido de intransitivo em transitivo, permitindo-lhe, em consequência, receber um sufixo na função de acusativo, a única função

²² «On verb complementation in biblical hebrew», VT, 29 (1979), pp. 425-435.

²³ *A critical grammar of the hebrew language*, N. York, 1841, I, p. 206, II, pp. 104-106.

²⁴ *Ausführliches Lehrbuch der hebraeischen Sprache*, Leipzig, 1866/1868, II, pp. 23-24, § 875.

que, para esta teoria, é considerada passível de ser representada pelos sufixos verbais.

Esta explicação parece ter nascido, algo circunstancialmente, do facto de muitos autores, no séc. XIX e mesmo já antes, darem a construção datival como característica dos verbos intransitivos.

Mas esta limitação não corresponde à verdade dos factos e outros autores, apesar de continuarem adeptos da aplicação limitada do sufixo datival, preocupavam-se em acrescentar também os verbos que significavam dar²⁵.

Na verdade, já os próprios comentadores antigos, tal como Ibn Ezra, se contentavam com dizer que se tratava de um sufixo construído com verbo intransitivo. Com isto, ficava-se a perceber que aquela palavra composta de verbo e sufixo era daqueles casos em que uma palavra vale por duas, isto é, que o sufixo sozinho equivalia a uma construção preposicional.

Na verdade, os verbos semântica e sintacticamente transitivos podem continuar a ter sufixos não-acusativos.

Não são todavia de excluir alguns matizes semânticos novos na construção datival. Quer dizer, mesmo em casos em que aparentemente a leitura datival pareceria não modificar o sentido, a consideração do sufixo datival poderá abrir a porta para a descoberta de sentidos novos que, de outra maneira, passariam despercebidos.

Os sufixos dos verbos de movimento parecem, desde há bastante tempo, recolher numerosas opiniões a favor de significados e matizes especiais expressos através da construção com o sufixo. Destaca-se o sentido de ameaça ou desastre inesperado, por exemplo, que não representa, mesmo assim, todos os casos deste modelo de construção, ficando outras ocorrências semanticamente em posição mais indefinível.

Uma outra novidade no capítulo da explicação sintáctica é ainda o facto de esta explicação poder integrar também os sufixos nominais com sentido datival.

Nesta categoria está o grupo numeroso de casos que são análogos aos do Sl 115,7 (יָדֵיהֶם + רַגְלֵיהֶם, *manus sunt illis + pedes sunt illis*).

²⁵ Por exemplo, C. H. VÖSEN, *Rudimenta linguae hebraicae*, Friburgo em Brisgau, 1899, p. 69, § 85; M. VISCASILLAS Y URRIZA, *Nueva gramática hebrea comparada con otras semíticas*, Madrid, 1895, pp. 523 e 246.

Tradicionalmente estes casos eram mantidos à parte e tratados por critérios algumas vezes até opostos²⁶; e a hipótese de significação datival tem sido, nestes casos, aceite, no geral, com mais benevolência do que nos sufixos verbais.

Neste capítulo, a posição tradicional dos gramáticos caracterizava-se pela pacífica aceitação e, talvez por isso mesmo, pela total falta de explicação sintáctica.

Confirmando a posição explícita de M. M. Kalisch²⁷ e de alguns outros²⁸, esta investigação parece ter confirmado que estes casos poderiam ser vistos como sintacticamente ligados à esfera do verbo ou, mais genericamente, integrados na estrutura do predicado. Poderiam, assim, passar a ser vistos como complemento indirecto, ou análogo, de um verbo de acção ou como parte integrante do predicado com verbos ou «verbóides» de (in)existência, movendo-se, desta maneira, na esfera sintáctica da estrutura verbal.

7. O contexto semítico do noroeste esteve sempre particularmente presente, desde a altura da descoberta moderna do sufixo datival. O ugarítico ajudou a despoletar a questão e serviu de motivo durante bastante tempo, de tal maneira que se pode considerar em larga escala devido ao ugarítico o retomar de interesse pelo tema, a partir dos anos quarenta e sobretudo a partir dos anos sessenta.

Mas os textos ugaríticos nunca foram directamente analisados, sob este ponto de vista, de maneira sistemática.

A análise feita nesta tese demonstrou que o ugarítico é, de todas as línguas do semítico do noroeste, aquela que mais utiliza o sufixo datival, fora do hebraico bíblico. Este dado tem provavelmente muito a ver com a falta de literatura poética nas restantes línguas da área e com a sua relativa abundância em ugarítico.

²⁶ C. BROCKELMANN, que no *Grundriss*, II, § 182, aceitava sufixos nominais com significação datival, enquanto no mesmo livro, como referimos, o negava nos sufixos verbais. Veja-se também o diferente tratamento dado aos dois tipos de sufixo por G.-K., § 117 x, § 128 h em contraste com § 135 m; e sobretudo P. JOÜON, *Grammaire*, § 125 b em contraposição com § 129 h. Ver também o que diz H. J. KRAUS, *Psalmen*, Neukirchen, 1966, no comentário ao sufixo do Sl 13,5 (verbal), em contraste com Sl 115,7 (nominal).

²⁷ *A hebrew grammar*, Londres, 1862-1863, p. 188 e sobretudo 276; e ainda p. 303, § 100.10, da 1.ª parte.

²⁸ Cf. A. J. VAN DIJK, *Ezekiel's prophecy on Tyre (Ez 26,1-28,19). A new approach*; Roma, 1968, p. 107, sobre o qual ver M. GREENBERG em *JOS*, 90 (1970), p. 537. e M. DAHOOD, «Northwestsemitic texts and textual criticism of the hebrew Bible», em C. BREKELMANS, *Questions disputées d'Ancien Testament. Méthode et Théologie*, Lovaina, 1974, p. 31; C. BROCKELMANN, em *Or*, 10 (1941), p. 235; I. NORDHEIMER, *A critical grammar*, II, p. 103; S. E. LOEWENSTAMM, *Leš*, 38 (1973-74), pp. 149-150.

Fora do ugarítico, o fenício e o aramaico são muito pouco tratados. E também não parecem oferecer dados muito mais alargados. O contexto do semítico do noroeste acaba, assim, por se apresentar relativamente modesto, em comparação com o alcance do tema em hebraico.

Pelo contrário, no semítico do sul, a questão apresenta grande amplitude tanto sincrónica como diacrónica e o etíope justifica amplamente a fama que tinha tradicionalmente entre hebraístas de ser o melhor ponto de comparação para uma questão sintáctica concreta de sufixo datival que, no hebraico, suscitava ainda alguma polémica. Era a questão de saber se o sufixo datival poderia exercer funções de comparativo.

A questão dividia tradicionalmente mesmo os adeptos da hipótese de sufixo datival a propósito da interpretação de Is 65,5. Neste texto, o **כִּי קְדֹשְׁתִּיךָ** deveria ser entendido como «pois eu sou santo para ti» ou como «pois eu sou mais santo do que tu»²⁹? O entendimento praticamente unânime da sintaxe do etíope oferecia claro apoio para o sentido comparativo.

O quadro da evolução do sufixo datival no semítico geral, sobretudo ocidental, parece confirmar aquilo que se induzia da análise feita para o hebraico. O sufixo datival representa uma construção de sabor arcaico, marcando sobretudo textos poéticos e aloguiais e sugerindo efeitos de arcaísmo e vários tipos de ênfase como componentes estilísticas.

A tendência generalizada das línguas e dialectos foi a evolução geral para o uso de formas preposicionais equivalentes, quer separadas dos verbos, como acontece no hebraico e no aramaico, quer em formas cumulativamente enclíticas aos verbos, como aconteceu em muitos dialectos aramaicos, no siríaco e em vários dialectos neo-árabes, entre os quais o maltês, e em línguas recentes da Etiópia, derivadas do clássico ge'ez. Nestas línguas, o sufixo não-acusativo tende a construir-se como enclítica ao verbo, mas levando intercalada, entre o verbo e o seu sufixo, a preposição correspondente.

Continua, por outro lado, sem se conseguir responder à pergunta de saber se este sufixo datival tem origem exclusivamente sintactico-estilística ou se pode ter tido alguma origem morfológica, podendo, hipoteticamente, ter vindo substituir uma forma morfológica de dativo pronominal em todo o semítico ocidental.

²⁹ Ver uma síntese da questão feita por J. A. EMERTON, em *V'T*, 30 (1980), pp. 446-451.

Provavelmente mesmo em ugarítico, esta hipótese é problemática e sobretudo teórica.

8. A grande variedade de funções e significados postulados para representar os vários casos de sufixo datival analisados pelos autores é mais um tema que está presente quase desde o princípio da história que foi descrita.

Muitos gramáticos, hebreus e não-hebreus, especificam a resposta a esta questão, quando definem a preposição que acham ter sofrido elipse em cada caso.

Alguns casos não levantam problemas e gozam de grande unanimidade relativamente ao matiz que se deve atribuir ao sufixo datival. Para outros casos, os autores sugerem preposições subentendidas, que nem sempre coincidem com as que são propostas por outros.

A formulação mais geral entre as gramáticas de autores ocidentais, *commoda subaudita praepositione*, sugere que a definição de tal preposição pode apresentar-se com alguma naturalidade, mas também pode causar alguma divergência.

De facto, segundo o espírito desta fórmula, um mesmo contexto poderia sugerir preposições algo variadas a diferentes autores.

E as divergências acontecem, de facto, entre os intérpretes, relativamente à preposição a subentender e, por consequência, relativamente ao tipo de complemento que o sufixo datival é suposto representar.

No conjunto das variantes de significado que se deduzem da análise e catalogação de todos os casos até agora discutidos e de outros possíveis, avulta claramente a função do sufixo datival como complemento indirecto e como dativo de vantagem ou desvantagem (*dativus (in)commodi*), as quais, por razões de subtilidade de nomenclatura, foram separadas em duas secções, mas que, em muitos casos concretos, se não conseguem destrinçar. Estas parecem ser as duas categorias essenciais.

E a categoria do dativo de (des)vantagem poderia mesmo assumir maior alcance e integrar outras variantes complementares secundárias, tais como a dos verbos de movimento, fazendo convergir numa ideia de dativo de (des)vantagem os conceitos de *terminus a quo* e de *terminus ad quem* e ainda as variantes de complementos de comparação³⁰ e de agente da passiva, cujos conceitos têm, em

³⁰ A acesa e antiga polémica acima referida sobre o sentido de mero dativo ou, pelo contrário, de comparativo em Is 65,5 ficaria, desta maneira, ultrapassada.

hebraico, uma sintaxe e uma semântica com elementos de convergência relativamente ao sufixo dativa¹ de (des)vantagem.

O *dativus commodi* poderia, desta maneira, representar uma super-categoria datival.

O facto de o sufixo datival se situar basicamente no espaço do dativo de (des)vantagem deve ter contribuído também para a menor atenção que esta questão tem merecido por parte de críticos e tradutores. É que o dativo de (des)vantagem é com frequência um matiz de sentido passível de ser considerado despreciando para os aspectos informativos fundamentais do texto.

Contudo, além da questão de crítica textual das fontes que ele implica, este sufixo é de grande importância no âmbito das referências e conotações pessoais, aspectos que têm de ser considerados semanticamente importantes.

Isto faz ressaltar a plurifuncionalidade do lamed, que se manifesta no contexto do sufixo datival como podendo ser a preposição mais frequentemente elidida, o que é consentâneo com a natural maior adequação desta preposição à função datival.

Apesar da dificuldade em classificar certos casos concretos, há matizes que parecem ficar indubitavelmente confirmados no uso do datival.

Os casos tradicionalmente considerados de sufixo datival com nomes, sobre os quais modernamente tem havido mais unanimidade do que sobre os sufixos verbais dativais, acabaram por revelar que se podem dividir em duas categorias: 1) a daqueles, cuja função datival mostra uma especial ligação à estrutura predicativa verbal, sendo atraídos, sem deixarem de ser morfologicamente nominais, para a área dos sufixos verbais; 2) e, em segundo lugar, a dos que, mantendo alguma analogia com o datival, correspondem, de facto, à categoria também tradicionalmente reconhecida do genitivo objectivo, cuja função não é propriamente a de um possessivo, mas que serve de complemento pessoal à ideia quase-verbal de um nome.

Estes nomes correspondem, no geral, à categoria de nome de acção ou de nome de agente (particípio), ambas com evidentes analogias com a dinâmica sintáctica do verbo.

9. Estilisticamente, pode concluir-se que o uso do sufixo datival corresponde, mais propriamente, a dois modelos de língua que, por vezes, andam próximos: o aloquial e o poético.

É bastante menos usado no puro narrativo, quer este venha em prosa quer em verso.

E ao andar preferentemente conotado com a poesia, o sufixo datival deve ser considerado como estando mais ao gosto de um modelo arcaico de língua. Por isso também, o encontramos, no ugarítico, sobretudo naqueles núcleos poéticos que, por outras vias, os autores consideram os mais antigos, nomeadamente os poemas do ciclo de Baal, com particular destaque para o poema do palácio de Baal (KTU 1.4)³¹.

Este dado contrapõe-se à opinião dos que, no fim do séc. XIX, consideravam esta construção como de modelo popular, de estilo negligente e testemunho de uma época de decadência³². As conclusões que se deduzem da análise aqui empreendida são quase inteiramente de sentido contrário.

As motivações estilísticas desta elipse mais apontadas são: do ponto de vista retórico, a concisão, a beleza, a vivacidade e a coesão da frase; do ponto de vista prosódico, a procura eventual de assonâncias e rimas ou, muito hipoteticamente, a construção de equívocos métricos; do ponto de vista do paralelismo poético, a formação de figuras de zeugma, ou elipse de elementos que fazem parte de uma estrutura sintáctica paralela.

O sufixo datival é um acto estilístico, que tradicionalmente se ligava a aspectos genéricos de estética literária, mas que revela novas virtualidades, permanecendo sempre a maior de todas elas a de oferecer, para frequentes textos, um sentido melhor que aquele que é possibilitado pela leitura de acusativo.

O que esta investigação pretendeu foi medir o alcance de uma hipótese, que se revelou muito mais ampla textualmente e muito mais persistente historicamente do que aquilo que davam a suspeitar as abordagens da mesma no início dos anos setenta, quando esta teve o seu início.

Iniciada em torno de uma questão bastante delimitada, a análise acabou por desembocar na amplidão da sintaxe do hebraico, resultado este que, se, por um lado, diluiu um tanto os contornos da questão inicial, acabou, por outro lado, por situá-la de maneira

³¹ Cf. J. M. SASSON, «Literary criticism, folklore scholarship and ugaritic literatures», em G. D. YOUNG (ed.), *Ugaritic in retrospect, fifty years of Ugarit and Ugaritic*, Winona Lake, 1979, p. 86.

³² Cf. J. WELHAUSEN, *Kleine Propheten*, 1898 (3.ª ed.), a prop. de Zc 7,5; G. H. A. EWALD, *Ausführliches Lehrbuch*, p. 778; S. PREISWERK *Grammaire hébraïque*, Basileia, 1884, 4.ª ed., p. 314; G-k, § 117x considera ainda esta construção como incorrecta.

real e viva na fluidez dos matizes sintácticos do texto, circunstanciado e definido no seu contexto literário e na objectiva subjectividade do acto estilístico.

No entanto, o objectivo e a preocupação fundamental deste trabalho manteve-se sempre no esforço por atingir a hermenêutica mais completa e mais simples, a de uma cabal tradução do texto.

José A. M. RAMOS